

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TAREQ YACoub HELOU

BRICS, UM NOVO ARRANJO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

CURITIBA

2015

TAREQ YACOUN HELOU

BRICS, UM NOVO ARRANJO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Mello Garcias

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

TAREQ YACOUN HELOU

BRICS: UM NOVO ARRANJO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Mello Garcias
Departamento de Economia, UFPR

Profa. Dra. Denise Maria Maia
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Luiz Vamberto de Santana
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 24 de Novembro de 2015

To live is to light a torch and carry it as far as you can go,
Before the winds blow so hard, the flame goes out
As you fall crashing down, to the snow.
Knowing at least that when you fail,
Someone could relight that torch
And carry it the rest of the way, someday,
In honor of you and who you were to them

-David Gold

RESUMO

O presente trabalho traz consigo um estudo sobre o um fenômeno recente nas Relações Internacionais, o BRICS. Desde sua concepção o grupo vem chamando atenção no campo político e acadêmico por sua natureza insólita. Iniciar-se-á a discussão com uma apresentação das teorias das Relações Internacionais, além de um texto sobre as pesquisas mais atuais sobre o BRICS. Posto isto, serão expostos dados, contextura e objetivos do grupo. A seção seguinte contém um relatório sobre as reuniões, acordos e declarações, enfim, feitos, com destaque para o Novo Banco de Desenvolvimento e o Fundo Contingente de Reservas. Enfim, sob a luz destes itens, será feita uma análise do grupo sob a ótica construtivista das Relações Internacionais com o intuito de investigar se há um processo convergente ou divergente tomando forma sobre o futuro do BRICS. Por fim será exposta uma breve revisão do que fora discutido e as conclusões obtidas.

Palavras-chave: BRICS, Relações Internacionais, Construtivismo, Governança Global, Novo Banco de Desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper seeks to study a rather new phenomenon in the field of International Relations, the BRICS. Since its conceiving, the group has been drawing attention in both political and academic circles for its unparalleled nature. The discussion starts with a demonstration of the main theories in International Relations as well as a brief exposure of the most recent research about the BRICS. With that in mind, a research for data, contexture and objectives of the grouping will be presented in the fourth chapter. The following section contains an array of gatherings, deals and declarations, in general, feats, and with special regard towards the New Development Bank and the Contingent Reserve Arrangement. Then, in light of these elements, an analysis of the grouping will be carried through the constructivist theory of International Relations aiming to inquire if there is a convergent or divergent process taking place over the future of the BRICS. Finally, a terse revision of the discussion will be brought, followed by the conclusions achieved throughout this work.

Keywords: BRICS, International Relations, Constructivism, Global Governance, New Development Bank.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVO GERAL	9
1.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS	9
2. EMBASAMENTO TEÓRICO	11
2.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
2.1.1 Teorias das Relações Internacionais	11
2.1.2 O Liberalismo	12
2.1.3 O Realismo	13
2.1.4 Construtivismo	15
2.1.5 O Marxismo	17
2.2 O BRICS NO CENÁRIO ACADÊMICO	18
3. METODOLOGIA	20
4. O BRICS	21
4.1 ECONOMIA E COMÉRCIO	22
4.2 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO BRICS	25
4.3 ENCONTROS E PROPOSTAS	27
4.4 PAÍSES INTEGRANTES E SUAS MOTIVAÇÕES	29
5. FEITOS RELEVANTES	31
5.1 AS REUNIÕES E SEUS TEMAS	31
5.2 OS FEITOS DO GRUPO	33
5.3 O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO	35
5.3.1 Estrutura do Banco	36
5.4 O ARRANJO CONTINGENTE DE RESERVAS	37
6. UMA ANÁLISE CONSTRUTIVISTA	39
6.1 A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL CONSTRUTIVISTA	39
6.2 AS TRÊS CULTURAS DE WENDT	42
6.3 UMA INOVAÇÃO NA GOVERNANÇA GLOBAL?	46
7. CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CRA – Contingent Reserve Arrangement

FMI – Fundo Monetário Internacional

NDB – New Development Bank

RI – Relações Internacionais

WEO – World Economic Outlook

1. INTRODUÇÃO

Desde o fim da Guerra Fria o mundo se alterou de forma bastante drástica. O advento da globalização, surgimento da multipolarização e emergência de novos atores no palco mundial certamente ofuscou a ideia de estabilidade hegemônica unilateral concebida nos anos 1990 para enfrentar os desafios do século XXI.

Ainda mais, outro evento conturbou o cenário internacional. Em 2008 a crise subprime se espalhou pelo mundo em uma onda de instabilidade política e econômica. Apesar de seus efeitos terem sido controlados alguns anos depois, a insatisfação da comunidade internacional ainda recai sobre a falta de reformas que evitassem que um apuro como este se repetisse.

Os Estados que mais pleitam por estas reformas são os chamados “países emergentes”, economias que cresceram expressivamente nas últimas décadas e exercem um considerável grau de influência regional. Estes países acreditam que suas vozes na comunidade internacional não são ouvidas de forma proporcional a seus tamanhos.

Dentre estes países emergentes há aqueles que constituem o BRICS. De início em 2008, o grupo começou apenas como fórum para discutir as questões ligadas à crise daquele ano, além de um interesse em comum por reformas da arquitetura financeira internacional¹. Entretanto, o BRICS começou a evoluir muito além de apenas um fórum.

Este trabalho buscará estudar através do campo das Relações Internacionais o que é o BRICS e como ele vem evoluindo desde sua concepção. Primeiramente serão apresentadas as escolas teóricas das RI para melhor elucidação, além disso, uma exposição das discussões acadêmicas atuais sobre o BRICS também será feita.

Após a apresentação da metodologia empregada, inicia-se a pesquisa propriamente. Na seção 4, “O BRICS”, serão empregados dados, documentos e

¹ Por arquitetura financeira internacional entende-se o conjunto de instituições, medidas e regulamentos em vigor no sistema internacional.

literatura sobre o grupo a fim de contextualizá-lo e promover o entendimento de sua natureza. Posto isso, a sessão seguinte, “Feitos Relevantes” traz uma coleção de acordos, declarações, reuniões e eventos que visam esclarecer todo o potencial do grupo. Além disso, haverá subseções dedicadas ao Novo Banco de Desenvolvimento e Fundo Contingente de Reservas, frutos máximos da cooperação do grupo.

Feitas estas exposições, será efetuada uma análise do grupo sob a luz dos itens abordados anteriormente, baseada na teoria construtivista das Relações Internacionais. Por fim, concluir-se-á este trabalho trazendo uma reflexão se o BRICS está em um processo convergente, divergente ou estagnando-se.

A escolha deste tema é particularmente interessante porque pode-se mostrar um fenômeno bastante recente e em plena ocorrência no cenário internacional. O BRICS virou motivo de grande interesse acadêmico desde sua concepção por sua natureza estranha em relação a outros fenômenos que vêm tomando forma desde o final da Guerra Fria, sendo o maior destaque a União Européia. O BRICS não é formado por países similares que compartilham mercados e relações amistosas de longa data. Ao contrário, são países que há não mais de dez anos não se relacionavam de forma particularmente marcante, quem diria cooperar deliberadamente.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as motivações e objetivos do BRICS e efetuar um estudo sobre seus integrantes e o próprio agrupamento através da teoria construtivista das relações internacionais, tendo início nos anos que precedem sua criação até os dias atuais.

1.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Analisar o processo de formação do BRICS, suas especificidades e objetivos;

- Analisar os feitos relevantes dos membros do grupo para o estreitamento das suas relações até o presente momento e a agenda deste para o futuro;
- Dissertar através da ótica construtivista das Relações Internacionais se há uma processo de convergência ou divergência nas relações econômicas e políticas tomando forma entre os membros, seja em suas identidades, interesses e objetivos.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O estudo das Relações Internacionais busca entender a condução, assim como causação e consequências, das interações entre os atores internacionais, são estes os Estados, as organizações internacionais e empresas. Estas relações vêm se apresentando crescentemente mais complexas, englobando uma gama de temas, podendo ser de natureza econômica, cultural, científica, militar e até mesmo desportiva (FERNANDES, 1992).

2.1.1 Teorias das Relações Internacionais

As origens das Relações internacionais se estendem ao longo dos séculos, remontando à própria Antiguidade, elas vêm se desenvolvendo através de correspondências entre atores políticos e pelo trabalho de estudiosos que se empenhavam em compreender e explicar a natureza das relações entre entidades políticas de sua época. (FERNANDES, 1992)

Alguns escritores marcam o nascimento das RI no século XVII, em coincidência com as obras de Huig de Groot, autor cujo pensamento fora um vértice na concepção do direito internacional. Suas ideias tiveram tamanha repercussão que influenciariam escritores de seu tempo, como Hobbes e Locke, assim como os iluministas do século XVIII, notadamente Rousseau. (LARRAÑAGA, 2004)

Entretanto, apesar de haver uma ampla investigação sobre a problemática das RI ao longo da História, foi apenas no século XX que começa a desenvolver-se um estudo autônomo destas, especialmente após a Primeira Guerra Mundial (FERNANDES, 1992). Por ter sido um século bastante ativo geopoliticamente, é

natural observar que houveram explicações teóricas diferentes para analisar o complicado contexto do mundo à época.

O âmago tradicional das RI se concentra ao desenvolvimento e mudança da condição de soberania do Estado no contexto mais amplo do sistema ou sociedade de Estados, mas também levando em consideração a influência de outros atores internacionais, assim como fenômenos de naturezas que, conforme a crescente articulação e complexidade do mundo atual, são cada vez mais diversas e sofisticadas, gerando um cenário fértil para seu estudo.

Como toda ciência social, o estudo Relações Internacionais se desdobra em diferentes perspectivas, dentre as teorias das RI mais utilizadas, far-se-á neste trabalho uma exposição de algumas das mais recorrentes no contexto acadêmico atual, classificando-as da seguinte maneira: Liberalismo, Realismo, Construtivismo e Marxismo.

2.1.2 O Liberalismo

A abordagem liberal tem suas raízes no pensamento dos filósofos liberais do século XVII, começando com John Locke, tendo crença que sociedades poderiam progredir se liberdades individuais fossem garantidas. Portanto, pode-se dizer que o liberalismo tem a racionalidade como uma premissa básica que deve ser respeitada e obstaculizada ao mínimo por ações autoritárias. É possível assumir que há um forte otimismo em relação à natureza humana, algo que pode contribuir de forma positiva para as questões internacionais (JACKSON e SØRENSEN, 2013).

Respeitando a premissa de razão natural, os autores liberalistas defendem que haverá uma harmonia de interesses que levará a relações mais pacíficas e cooperativas entre os atores internacionais, assim reduzindo o número de eventuais e possíveis conflitos. A fé no progresso também se caracteriza como o pilar central deste pensamento, progresso este que pode ser alcançado através de alguns campos do pensamento liberalista (SHIMKO, 2010):

- a. O liberalismo democrático prega que democracias são mais pacíficas que outros regimes de governo, ainda mais quando lidam entre si, dessa forma se o mundo se tornasse mais democrático também se tornaria mais pacífico.
- b. O liberalismo comercial argumenta que um sistema internacional mais interdependente através do comércio entre atores seria mais pacífico e harmonioso, uma vez que o conflito gera rompimentos em laços comerciais que são substancialmente prejudiciais, dessa forma defendem uma maior difusão do livre comércio.
- c. Outro fenômeno que contribuiu para melhorar o sistema internacional foi a criação de instituições que reduziram as inseguranças de uma conjuntura global anárquica. O institucionalismo liberal alega que o papel dessas organizações internacionais é, em grande medida, positivo e contribui para a cooperação e a paz.

2.1.3 O Realismo

A escola realista das Relações Internacionais se centra sobremaneira no conceito de poder, compreensão esta que desencadeia numa série de desdobramentos. Assume-se que Estados, os atores definitivos do cenário internacional, não só buscam como necessitam do poder para sobreviver, este poder tem um fim em si mesmo, em outras palavras, busca-se poder por poder, assim como também tem um papel para com a afirmação de interesses através da influência desempenhada por ele. Os realistas fiam-se à ideia de materialismo, prevendo que os instrumentos utilizados para obter e exercer o poder vêm de fontes materiais, como o poder militar ou econômico.

O realismo se posiciona de forma bastante oposta ao liberalismo em suas presunções básicas. Das premissas mais comuns se destacam:

- a. Uma visão pessimista, e muitas vezes perversa, da natureza humana, que não é completamente racional. Os realistas destacam o papel do que chamam de “egoísmo coletivo”, conceito este que se enraíza na ideia de que

indivíduos compartilham alguma crença ou interesse em comum, pode-se dizer que tal composição é um grupo. Os membros deste grupo não só se vêm como semelhantes, mas também os não-integrantes como diferentes, algo que, não raramente, pode levar a uma crença de superioridade.

b. Uma convicção na inevitabilidade do conflito, seja por razões racionais, embasadas num anseio por alteração do status quo, assim como irracionais, sendo o egoísmo coletivo um bom exemplo deste tipo de causação.

c. Há também uma apreciação dos valores de segurança nacional, assim como mecanismos de sobrevivência estatal. Como discutido anteriormente, Estados têm pretensão de se tornar mais fortes e relevantes através da manifestação material de seu poder, entretanto, isso pode se desenrolar em um arcabouço conhecido como “dilema da segurança”, onde os esforços de uma nação para se tornar mais segura no cenário internacional faz com que outras nações se sintam menos seguras, gerando inquietação e possíveis atritos que levarão ao conflito.

No que tange as relações internacionais, autores realistas creem que reina a anarquia no sistema internacional, portanto as interações entre Estados são o resultado do confronto entre interesses nacionais fomentado por Estados com interesses antagônicos e capacidades assimétricas em termos de poder. Esta interação resulta num cenário político-estratégico onde paira um “equilíbrio de poder” através de coalizões entre os Estados pela busca de seus interesses, Estados mais fracos procuram segurança oriunda dos mais fortes, enquanto estes últimos a provém com o intuito de aumentar sua influência, e assim seu poder. O processo de equilíbrio vai se revitalizando conforme vão se dando as relações, conflituosas ou estratégicas, entre os Estados (FERNANDES,1992).

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, seria interessante também notar a visão realista no tangente às Organizações Internacionais. A literatura realista vê as OIs como instrumentos dos Estados para exercer sua presença, ou seja, a autonomia destas é diretamente vinculada aos interesses estatais. A afiliação a uma organização internacional pode se dar também por motivos estratégicos, sendo a cooperação entre os países-membro um mecanismo de obtenção dos interesses comuns.

2.1.4 O Construtivismo

Com o fim da Guerra Fria no final dos anos 1980, a teoria realista passou a perder força na sua explicação das forças que viriam a moldar o cenário internacional após o colapso do então “contra-peso” da União Soviética. Durante este período, o Construtivismo Social começara a se tornar nitidamente mais relevante no campo das Relações Internacionais. Portanto, muito dessa ascensão se deu através da contestação das premissas do então dominante realismo.

Os autores construtivistas rejeitam a premissa básica das teorias clássicas das RI onde se assume uma antecendência ontológica à estrutura do sistema sobre seus atores, em outras palavras, negam a que estes atores sejam condicionados exclusivamente pela configuração do sistema de seu tempo. Os construtivistas acreditam que tanto estrutura quanto ator são co-construídos, dessa forma há simultaneidade em sua concepção, e não antecendência (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p.163 apud UTZIG, 2013).

Um ponto muito presente nas outras teorias clássicas das RI, e mais especialmente no realismo, é a presença do materialismo, onde a distribuição do poder se dá através de forças materiais, sejam elas militares e/ou econômicas, essa distribuição configura o comportamento dos Estados. Os construtivistas, por outro lado, rejeitam este materialismo unilateral, atribuindo o aspecto social, não material, como principal motor das Relações Internacionais, entretanto, não significa que desconsideram completamente o elemento material, apenas acreditam que a relação entre materialismo e ideologia não tem, novamente, antecendência ontológica, portanto são co-construídos (JACKSON e SØRENSEN, 2003, p.343 apud UTZIG, 2013).

O construtivismo também se contrapõe ao realismo no que tange a anarquia levar ao comportamento egoísta, assim pregando que a interação entre os Estados se dá conforme suas intenções já pré-definidas. Portanto, pode-se dizer que tal abordagem afirma que “interesse” e “identidade” são estabelecidos de antemão e

assim regem as relações entre Estados. Wendt contesta essa visão através da lógica construtivista, onde ele a interação entre os agentes “cria e exemplifica uma estrutura de identidades e interesses e não a outra; a estrutura não tem existência nem poderes causais à parte deste processo” (WENDT 1992, p.392 JACKSON e SØRENSEN, 2013), em outras palavras, a interação é um fenômeno moldador de atores, não uma consequência de suas especificidades.

O autor Wendt ainda separa três categorias sistêmicas de interação entre os Estados:

- a. A primeira, o hobbessianismo, tem as mesmas raízes do realismo, onde o ambiente internacional é conflituoso e endemicamente belicioso porque o conflito violento é uma forma de sobrevivência. Essa visão de anarquia hobbessiana, segundo o autor, dominou o sistema de Estados até o século XVII.
- b. Há também a cultura lockeana, onde os Estados podem se considerar rivais entre si, mas há contenção, uma vez que não buscam eliminar uns aos outros e aceitam o direito de outros em coexistir (JACKSON e SØRENSEN, 2013). Essa visão acredita que a cooperação entre os Estados é mais vantajosa que o conflito, ainda que tolere este em alguns casos. Entretanto, é preferível haver um Sistema Internacional sob ordem, assim estimulando desenvolvimento e comércio, que conflituoso, onde há sofrimento humano (UTZIG, 2013).
- c. Por fim tem-se o kantianismo, bastante enraizado no idealismo de sua época, onde os Estados devem buscar ser amigos e se defender mutuamente no caso de uma ameaça de terceiros. Defende-se que seguindo este ideal, a paz mundial será atingida. Uma cultura kantiana emergiu entre as democracias liberais consolidadas após a Segunda Guerra Mundial (JACKSON e SØRENSEN, 2013).

Segundo esta literatura, as OIs são atores autônomos que exercem poder por direito próprio, assim como auxiliam a cooperação e a definição de interesses entre os Estados (HERZ e HOFFMAN, 2004), assim são importantes mecanismos burocráticos que moldam as interações e identidades por parte dos atores, não meras serviçais dos Estados, como prega a visão realista.

Em suma, pode-se condensar a abordagem construtivista como uma análise da estrutura do cenário internacional através das ideias e crenças de seus atores, se tais pensamentos mudarem então a própria estrutura do cenário mudará, uma vez que estes são a essência desta (JACKSON e SØRENSEN, 2013).

2.1.5 O Marxismo

O próprio Karl Marx não dissertou muito sobre as relações internacionais propriamente, o que se dispõe na literatura do assunto veio de autores posteriores inspirados nos escritos deste. Entre os elementos desta literatura das RI tem-se um embasamento no que Marx escrevera sobre a estrutura social de seu tempo. Tal estrutura, que foi batizada pelo próprio filósofo como “capitalismo” era um sistema de exploração por parte da burguesia, detentora dos meios de produção, sobre o proletariado, que recorre à venda de sua mão-de-obra para subsistir. Esse mecanismo é perpetuado por um conjunto de superestruturas que faz os trabalhadores aceitarem sua condição, além de uma configuração de acumulação de capital que faz os ricos ficarem cada vez mais ricos enquanto nada faz pelos pobres, tornando-os relativamente ainda mais pobres.

Quando aplicado à política internacional, a abordagem marxista não se interessa tanto pela questão de conflito e paz como as escolas liberalista e realista, se ocupa mais da estrutura de classes numa abrangência global. Uma vez que o país mais hegemônico do sistema internacional é os Estados Unidos, seguido por seus aliados ocidentais e capitalistas, a estrutura econômica destes países repercutirá entre os outros, dessa forma pode-se observar que os primeiros utilizar-se-ão de recursos para proteger seus interesses capitalistas, em especial os de sua elite econômica.

A dinâmica burguesia/proletariado também se aplica à divisão política do mundo, sendo os Estados do “centro” aqueles que detêm recursos e poder econômico para explorar os Estados e povos mais fracos e impotentes, conhecidos como a “periferia”. As relações internacionais se baseiam neste mecanismo de

centro-periferia da mesma forma que as relações sociais se enraízam na luta de classes exposta no marxismo clássico. (SHIMKO, 2010)

2.2 O BRICS NO CENÁRIO ACADÊMICO

Busca-se neste trabalho inspiração a partir da estruturação desenvolvida na monografia de graduação “As Relações Brasil e Argentina na Formação e Implementação do Mercosul” da autora Renata Linhares Ferreira. A obra elabora uma análise da política interna e externa desses dois países, prosseguindo para um estudo sobre as relações bilaterais no tangente ao comércio e sua composição, para, finalmente, discutir a integração dos dois no âmbito do MERCOSUL.

É curioso notar que cada vez mais a produção acadêmica referente as relações exteriores brasileiras vem se debruçando sobre a interação do Brasil com países emergentes, em contraste com o tradicional eixo Brasil-Países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos.

A discussão sobre o BRICS vêm tomando cada vez mais espaço nos círculos de debate dos acadêmicos e pensadores das Relações Internacionais. A Fundação Alexandre de Gusmão, o maior instituto brasileiro de estudos na área das RI, compilou artigos e exposições de diplomatas e acadêmicos sobre o grupo. Entre suas publicações está o “Catálogo Bibliográfico do BRICS” (2011) com uma de referências a temas desde economia até cultura popular. O livro “Brasil, BRICS e a Agenda Internacional” (2013), “Debatendo BRICS” (2013) assim como o mais recente “BRICS: Estudos e Documentos” (2015) compilam as visões de diplomatas e acadêmicos através de artigos e mesas-redondas acerca do tema BRICS.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também vêm elaborando um maciço repertório de estudos sobre o BRICS, especialmente no que tange temas econômicos, desde indicadores comerciais até discussões sobre inovação intra-BRICS. Esses estudos se dão na forma de fóruns promovidos pelo próprio IPEA, assim como seu levantamento de dados. Entre eles, pode-se citar a dupla “Os BRICS e seus Vizinhos: Investimento Direto Estrangeiro” e “Os BRICS e seus Vizinhos: Comércio e Acordos Regionais”, ambos de 2014.

Um exemplo deste interesse é o projeto de quatro anos elaborado pela Academia da Finlândia que almeja estudar os sistemas midiáticos dos países-membro do BRICS, desde mídia de massa até conteúdos digitais, passando por outras atrações mais específicas, como telenovelas. O primeiro volume, publicado em 2015, deste trabalho, “Mapping BRICS Media”, será utilizado nesta pesquisa por conter interessantes análises da integração entre os partícipes, sobretudo no campo da informação.

Além disso, o interesse no BRICS não se dá apenas no campo econômico, mas também no social. Como os cinco países se mostram importantes representantes do mundo emergente, uma análise das transformações sociais vivenciadas neles é um tópico bastante curioso. No artigo “Emerging Powers, Sexuality and Human Rights: ‘Fumbling around the Elephant?’” (2015) são discutidas questões como gênero, sexualidade e direitos humanos com enfoque especial nos integrantes do BRICS.

3. METODOLOGIA

Em um primeiro momento discute-se o contexto de formação do BRICS assim como um estudo de suas ações desde sua concepção até o presente. Este estudo é feito de forma qualitativa, através de uma pesquisa bibliográfica na literatura econômica e na literatura de Relações Internacionais, complementada quantitativamente com informações de caráter econômico e comercial contidos na própria bibliografia ou por pesquisa própria, utilizando-se de dados disponibilizados no COMTRADE e World Economic Outlook.

O segundo objetivo é mais embasado em declarações oficiais editadas pelas autoridades do grupo e suas prioridades por tema. Há também o uso de fontes bibliográficas do campo de Relações Internacionais para enriquecer a argumentação.

Analisa-se as projeções do grupo para o futuro baseado em seus feitos, conjunturas político-econômicas, identidades e objetivos expostos neste trabalho através da teoria construtivista das Relações Internacionais.

O conteúdo bibliográfico será embasado principalmente nos textos da Fundação Alexandre de Gusmão pelo substancial arranjo de artigos e estudos publicados sobre o BRICS. Tomar-se-á também como referência outros autores, mais notadamente o trabalho de Sarah Utzig sobre o BRICS e o de Ian Bremmer sobre a governança global no século XXI. As declarações que serão utilizadas foram disponibilizadas pelo Itamaraty e pelo BRICS Information Center da Universidade de Toronto.

Os dados e conteúdo quantitativo serão extraídos especialmente do World Economic Outlook (WEO) do FMI e o COMTRADE da ONU, ambos pela enorme dimensão de informações que estes disponibilizam. Alguns dados também serão obtidos através da própria bibliografia empregada, sendo estes referenciados quando for o caso.

4. O BRICS

O acrônimo BRIC² foi cunhado pelo economista americano Jim O'Neil, então gestor do banco Goldman-Sachs, como uma sigla no marketing financeiro para destacar estes quatro promissores países, como alvo de investimento. Acrônimos como este eram utilizados com frequência por instituições financeiras no começo dos anos 2000 para sinalizar aos investidores países emergentes, com um considerável potencial de crescimento e retornos futuros bastante atraentes. Estes agrupamentos raramente deixam a esfera do marketing financeiro, ainda mais com a instabilidade no fluxo internacional de capitais gerada a partir da crise de 2008. Se o BRICS não tivesse se consolidado de forma político-diplomática muito provavelmente teria o mesmo destino de outras siglas similares. (REIS, 2013)

O grupo começou a tomar forma autônoma em 2006, quando os ministros de relações exteriores de cada país do BRIC se reuniram às margens da Assembleia Geral da ONU, e, sob iniciativa do então ministro brasileiro Celso Amorim e ministro russo Sergei Lavrov. Na continuidade ocorreu uma série de reuniões que culminaram no que ficou conhecido como a I Cúpula do BRIC, realizada na cidade russa de Ecaterimburgo, em junho de 2009. No ano seguinte, durante a II Cúpula, a África do Sul foi incorporada ao grupo, que começa a se chamar oficialmente BRICS. (LUKYANOV, 2013).

Em 2014 o grupo dá um passo rumo à concretização, iniciando esforços para fundar Novo Banco de Desenvolvimento, assim como um fundo de reservas mútuas para controlar desequilíbrios de curto prazo. Espera-se, a partir disso, criar uma maior independência do grupo em relação às instituições internacionais de crédito, assim como dar um exemplo de possível democratização do sistema financeiro internacional, tema que será mais discutido adiante.

² O Acrônimo BRIC foi elaborado com as iniciais de cada país de forma mnemônica, o termo BRICS também é recorrente, mas deve-se notar que BRICS, com "S" maiúsculo, só surge após 2010 com a inclusão da África do Sul (South Africa, em inglês). Ao longo deste trabalho usar-se-á o termo "BRICS" tanto no singular quanto no plural. Na maioria da literatura sobre o assunto o uso no singular refere-se ao agrupamento e no plural aos países-membro.

4.1 ECONOMIA E COMÉRCIO

O elemento que mais chama atenção no BRICS é a sua robustez nas mais diversas áreas, com cerca de 43% da população mundial e cobrindo quase 30% da área terrestre total. Segundo o World Economic Outlook, o grupo apresenta um Produto Interno Bruto (em termos nominais) de 16,96 trilhões de dólares, ficando no páreo da União Europeia, com 18,57 trilhões, e Estados Unidos, com 17,34 trilhões.

Mais surpreendente é a velocidade com que o grupo conseguiu atingir estas cifras. Em 1994³, como exposto na Tabela 1, seu PIB nominal era somente US\$ 1,87 trilhões. Portanto, o conjunto de produtos cresceu mais de 9 vezes em vinte anos, enquanto o do mundo aumentou em torno de 2,8 vezes durante o mesmo período. Posto isso, faz-se ocioso idear o porquê de tanto interesse nas projeções deste grupo por parte das agências de investimento.

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (em milhões de US\$) DOS PAÍSES BRICS DE 1990 A 2014.

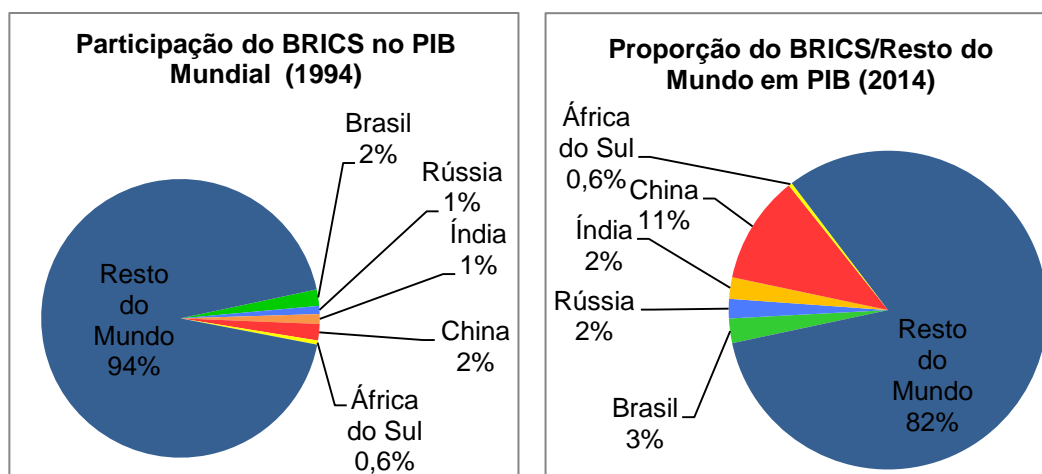
	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Brasil	475.119	558.374	867.149	510.618	1.107.789	2.209.266	2.346.583
Rússia	n/a	276.902	271.038	345.126	989.932	1.524.917	1.860.598
Índia	326.608	333.014	428.767	523.768	949.118	1.08.460	2.051.228
China	392.505	562.277	1.025.295	1.461.920	2.729.750	6.039.547	10.356.508
África do Sul	115.533	139.804	137.686	115.748	271.812	375.304	350.082
Total BRICS	1.309.765	1.870.371	2.729.935	2.957.180	6.048.401	10.149.034	16.964.999
Total Mundo	22.209.551	27.530.317	31.247.350	34.290.542	50.937.353	63.621.062	77.261.237

Elaboração própria. Fonte: WEO

³ O período idealizado inicialmente seria o de 1990-2015, usando o fim da Guerra Fria como marco comum. Todavia, os órgãos estatísticos russos ficaram bastante desestruturados após o término desta, assim não anunciando estatísticas oficiais até 1992. Além disso, o ano corrente de 2015 só dispõe de previsões. Utilizou-se, portanto, o período 1994-2014 para efeitos de comparação pela estabilidade de seus dados, sem contar que é um prático intervalo de 20 anos.

Outro ponto que deve ser considerado para compreender a dimensão econômica do BRICS é proporção do produto deste em relação ao produto mundial. Em 1994, a participação do grupo no PIB mundial era de apenas 6,79%. Mas o crescimento econômico, como visto acima, se deu num passo muito mais acelerado, assim não tardou para que a fatia do BRICS no PIB mundial ficasse bem maior e em 2014 já estava em 21,96%. Deve-se notar, no entanto, que a maior parte deste aumento se deveu à China, que foi de 2% para 11%. As parcelas da Rússia e Índia dobraram e a brasileira aumentou em 50%. A parcela sul-africana permaneceu em 0,6%, mas isso não significa que o país não cresceu, apenas cresceu ao mesmo passo do resto do mundo. Com base nisso, elaborou-se a figura abaixo para melhor ilustração.

FIGURA 1 – PARTICIPAÇÃO DO PIB DOS BRICS NO PIB MUNDIAL A PREÇOS CORRENTES EM 1994 E 2014



Elaboração própria. Fonte: WEO

No que tange o comércio internacional, esses países também se destacam. O comércio intra-BRICS também cresceu consideravelmente, enquanto em 2002⁴ este era de US\$54,7 bilhões, em 2014 já estava na ordem dos US\$613,68 bilhões. As

⁴ Infelizmente só se pôde encontrar dados comerciais para todos os países a partir de 2002.

tabelas abaixo (Tabelas 2 e 3) podem ajudar a ter uma maior visualização de como se configura este comércio.

O mais notável é a participação chinesa, com 312 bilhões de dólares em comércio, dominando metade do comércio total. Entretanto, em termos de PIB, a África do Sul seria o país que mais comercializa com os BRICS, considerando que o país consegue manter valores absolutos de comércio no mesmo nível dos outros países, apesar de apresentar um PIB muito menor (ver Tabela 1).

TABELA 2 – IMPORTAÇÕES INTRA-BRICS EM 2014 (EM MILHÕES DE US\$ A PREÇOS CORRENTES)

	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	Σ Importado
Brasil	-	2.940	6.635	37.340	731	47.646
Rússia	2.139	-	1.415	19.456	305	23.315
Índia	5.544	4.207	-	58.230	5.993	73.974
China	51.675	41.619	16.358	-	44.571	154.223
África do Sul	1.369	456	4.551	15.449	-	21.825
Valor Total de Importações						335.985

Elaboração própria. Fonte: COMTRADE.

Quando contrastadas às importações (Tabela 2), as exportações (Tabela 3) acabam sendo superiores para alguns países. Pode-se assumir que o comércio intra-BRICS traz saldos comerciais positivos para Brasil, Rússia e China, mas negativos para África do Sul e Índia, esta última com quase 50 bilhões de US\$ em déficit.

TABELA 3 – EXPORTAÇÕES INTRA-BRICS EM 2014 (EM MILHÕES DE US\$ A PREÇOS CORRENTES)

	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	Σ Exportado
Brasil	-	3.829	4.788	40.616	1.225	50.458
Rússia	122	-	4.850	21.700	131	26.803
Índia	7.140	2.217	-	13.434	5.722	28.513
China	34.877	53.675	54.220	-	15.699	158.471
África do Sul	631	364	3.769	8.680	-	13.444
Valor Total de Exportações						277.689
Valor Total do Fluxo Comercial						613.683

Elaboração própria. Fonte: COMTRADE.

4.2 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO BRICS

O período que segue o término da Guerra Fria foi marcado por um ambiente bastante fértil para especulações de como se configuraria a ordem internacional neste novo cenário. O vácuo criado pelo fim da bipolaridade, assim como o advento da globalização e a emergência de novas grandes economias certamente renderam bons sujeitos de debate.

A “Ascensão do Resto”, como ficou conhecida a expressão cunhada em 2001 por Alice Amsden como título de seu livro, resume bem o pensamento que se tinha em relação aos países que estavam experimentando o desenvolvimento desde meados do século XX e começavam a apresentar certa gravidade no cenário internacional. Países de grandes dimensões, tanto demográficas quanto geográficas, como Brasil, China, Rússia e Índia se destacavam em alguma medida, mas agrupá-los em uma só sigla seria bastante inusitado sob o ponto de vista político, por isso o acrônimo foi cunhado justamente para fins especulativos.

Ainda assim, o fim dos anos 90 e começo dos anos 2000 foi dominado pela fé no G7, grupo composto nos anos 1970 pelas maiores economias ocidentais, que assumira uma posição de liderança frente ao cenário econômico caótico que experimentava o mundo durante a Crise Asiática e da Rússia em 1998. Acreditava-se que as economias já consolidadas do G7 serviriam de modelo para os países que almejavam o desenvolvimento econômico.

Entretanto, com o desenrolar da primeira década dos anos 2000 e, especialmente, com a crise dos subprime de 2008 o cenário internacional se apresentava de maneira bem diferente do que se havia previsto uma década antes, nas palavras de Maria Fontele Reis:

Nos primeiros anos do século XXI, a China ascendeu ao posto de segunda economia do mundo e de maior exportadora global (2010); o Brasil passou à posição de sexta maior economia do planeta (2011); a Índia mantém elevadas taxas de crescimento anual, sendo a nona maior economia; a Rússia recuperou sua autoestima com base na estabilidade econômica, situando-se como a décima-primeira maior economia; e a África do Sul apresenta-se ao mundo reconstruída em sua dignidade nacional com o fim do apartheid e com o fortalecimento de sua democracia e da sua economia. (REIS, 2013, p.53)

Sendo assim, o mundo passara a conhecer um grupo de países de grande envergadura econômica e disposição para agir no processo de formulação de políticas globais.

Um dos fatores que mais motiva o grupo é a insatisfação frente às instituições financeiras internacionais. O principal argumento é a inflexibilidade quanto à representação dos países emergentes nessas instituições, que permanecem ainda bastante engessadas com o que fora estruturado no pós-guerra. Como vislumbrado acima, o mundo mudou em sua configuração político-econômica, assim, a falta de representatividade dos países que foram os principais atores dessa mudança fere até mesmo a legitimidade dessas instituições. Um exemplo dado por Bremmer (2012) é o FMI, que desde sua fundação em 1945 teve todos os seus presidentes consecutivamente europeus. Na Declaração e Plano de Ação da VI Cúpula, em Fortaleza, foi declarado:

(Nós, os países-membro) Continuamos desapontados e seriamente preocupados com a presente não implementação das reformas do Fundo Monetário Internacional (FMI), de 2010, o que impacta negativamente na legitimidade, na credibilidade e na eficácia do Fundo. O processo de reforma do FMI é baseado em compromissos de alto nível, que já reforçaram os recursos do Fundo e devem também levar à modernização de sua estrutura de governança, de modo a refletir melhor o peso crescente das economias emergentes e de mercado e países em desenvolvimento na economia mundial (FORTALEZA, 2014, item 18 da declaração).

Na tentativa combater os avanços da crise de 2008, outro grupo de alto nível foi fundado, o G20. Este conta com os países já desenvolvidos do G7 e mais outros 12 emergentes, além da adição da União Europeia. O intuito era de aperfeiçoar os fóruns internacionais de governança através da inclusão de países

considerados influentes na condução de políticas econômicas internacionais. Assim, haveria uma pluralização dos discursos e soluções possíveis para os problemas enfrentados. Entretanto, esta diversidade rapidamente levou a constantes discordâncias entre os membros, afetando seriamente a coesão do grupo. Deste sua fundação, o G20 ainda não efetuou nenhuma ação concreta além de declarações e fóruns (BREMNER, 2012).

4.3 ENCONTROS E PROPOSTAS

Desde seu estabelecimento oficial na Primeira Cúpula de 2009 o BRICS vem adotando uma institucionalização de suas reuniões. Ao longo do ano são efetuadas reuniões entre representantes do grupo dependendo da área a ser discutida. Estes encontros geralmente são presididos por ministros ou secretários e há elaboração de planos de ação nos respectivos campos. Os temas abordados durante esses foros são diversos: há reuniões entre os chefes dos institutos de estatística, de presidentes de bancos de desenvolvimento, empresários, *think tanks*, ministros encarregados da saúde, agricultura, segurança, assim como funcionários na área de ciência, tecnologia e inovação (BAUMANN, 2015).

Também ocorre a cúpula anual entre os Chefes de Estado, mais importante, onde são abordadas as questões discutidas nas outras reuniões e os posicionamentos de cada país. O local da cúpula alterna-se entre cada país-membro, acredita-se que tal medida contribui para a democratização do grupo.

Pode-se notar que há uma crescente gama de assuntos que vêm sendo tratados pelo grupo. Apesar do eixo das discussões ser a dimensão econômica, os vários outros tópicos que derivam dessa também chamam a atenção dos membros por ser pertinentes ao desenvolvimento, assim como também ligados à governança global. Segundo Baumann (2015), é possível vislumbrar um de dois possíveis destinos: haveria um aumento do conhecimento mútuo entre os integrantes, e assim “a identificação de possibilidades de ações conjuntas” ou o risco de que “nessa

estratégia o grupo perca o foco naquilo que mantém a coesão entre os cinco países” (BAUMANN, 2015, p.29) . Explora-se esse assunto mais adiante.

Até o momento, a maior proposta para modificações na arquitetura financeira internacional por parte do grupo é o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, em inglês) e o Arranjo de Reservas de Contingência, que terão uma sessão própria neste trabalho.

À parte disto, outras ambições do grupo ainda se baseiam em declarações e proposições. Não obstante os anseios de reforma das instituições financeiras, há também uma certa insatisfação frente às instituições de governança, em especial o Conselho de Segurança da ONU, onde há um recorrente pleito com os membros não-permanentes para a expansão deste, que permanece inalterado desde sua concepção. Apesar de dois países do BRICS, China e Rússia, já serem integrantes permanentes, a questão repousa nos outros três países, que também são considerados elegíveis para se tornarem membros interinos do Conselho. Brasil e Índia pela sua contribuição às forças de paz da ONU desde a concepção dessa, além de motivos estratégicos como a sua dimensão e sua localização. Além disso, ambos fazem parte do G4 juntos com Alemanha e Japão, grupo criado justamente para estimular esta reforma. A África do Sul também se destaca em sua candidatura por ser uma posição segura no continente que mais demanda suporte do órgão para auxílio em seus conflitos.

Deve-se notar, no entanto, que este ímpeto reformador do BRICS não é de um gênero revolucionário, ao contrário, é de natureza razoavelmente conservadora, uma vez que se dá através de meios já estabelecidos pelas instituições internacionais. O caso do Conselho de Segurança é discutido através do framework político padrão da ONU, enquanto o NBD fomenta desenvolvimento nos moldes capitalistas. Portanto não há uma tentativa de uma nova bipolarização do mundo entre o Ocidente e o “Resto”, mas sim um chamado para reformas das instituições internacionais que permanecem pouco flexíveis para atender aos novos desafios do século XXI.

4.4 PAÍSES INTEGRANTES E SUAS MOTIVAÇÕES

Como discutido acima, os países que integram o BRICS se apresentam emergentes tanto na dimensão econômica como na política, por isso, cada país tem sua própria projeção de poder e agenda diplomática que melhor se adequa a seus interesses.

O Brasil historicamente é conceituado por sua diplomacia. Na primeira década do século XXI o país adotou uma política externa que almejava transforma-lo em um importante ator global, processo este que se daria através de uma expansão brasileira na América Latina e África, sobretudo na África lusófona (ABDENUR E FOLLY, 2015). A postura brasileira também se destaca por sua “geometria variável” de participação em várias coalizões internacionais, notadamente o MERCOSUL, o IBSA⁵ e mais recentemente o BRICS (SAHNI, 2013).

A Rússia, apesar de ter tomado a iniciativa em edificar efetivamente o BRICS, é o mais menos típico entre os outros membros do grupo. Diferentemente dos outros, ela não é um país emergente, mas sim uma ex-superpotência que almeja readquirir o prestígio e status político que perdeu com o fim da União Soviética. Para a Rússia, uma coalizão como o BRICS é uma forma de participar de um grupo maior quando interagindo com o Ocidente (KÄKÖNEM, 2015).

De fato o colapso da União Soviética imergiu a Rússia numa forte crise econômica e política, fazendo um país que antes era provedor mundial de cooperação e desenvolvimento se tornar um recebedor de assistência. Em 2007 o governo agiu para reverter esse quadro, começando através de setores prioritários. Inicialmente os esforços se deram nos países da antiga União Soviética, mas em 2011 já iniciara uma promoção de cooperações com países africanos também (ABDENUR E FOLLY, 2015).

⁵ O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, IBSA (em inglês), foi estabelecido em 2003 e começou a efetuar Reuniões de Cúpula em 2006. O objetivo deste fórum é promover o diálogo entre estas três democracias emergentes, fomentar a cooperação em áreas relacionadas ao desenvolvimento como ciência e tecnologia, educação, energia e agricultura, assim como estreitar relações comerciais. No entanto é possível que esse fórum seja marginalizado com a ascensão do BRICS (SAHNI, 2013).

A Índia se destaca em seu posicionamento plural na política internacional, sempre agindo de forma pragmática para atingir a melhor posição possível para si. De todos os BRICS, a postura indiana é a mais positivamente inclinada aos Estados Unidos. Essa postura sofrerá certa corrosão enquanto o país se associa mais com o BRICS, apesar que essa aproximação ajudaria a resgatar antigos laços com a Rússia e estruturar uma muito necessária relação com a China, país com quem ainda tem disputas territoriais. No caso das relações com Brasil e África do Sul, a Índia ainda prefere manter o diálogo dentro da esfera do IBSA, ainda que o BRICS possa ser uma alternativa para a interação entre eles. Entretanto, permanece improvável que a Índia queira trocar a hegemonia global americana pela hegemonia continental chinesa (SAHNI, 2013).

O caso chinês é provavelmente o mais robusto dos cinco. Primeiramente o país já é capaz de agir como um poder global por si só. Para ela, o BRICS facilitaria a ascensão chinesa no cenário internacional (KÄKÖNEM, 2015). A China, de longe, é a maior financiadora internacional do desenvolvimento. Através de seus bancos, sua participação em organizações multilaterais e acordos bilaterais se tornou uma verdadeira fonte de investimentos com presença mundial, mas com sua mais notável influência na África e Ásia (ABDENUR E FOLLY, 2015). O agrupamento serviria como um ótimo meio de contestar o *status quo* mundial, objetivo bastante almejado pelo país como uma superpotência emergente (SAHNI, 2013).

Por fim tem-se a África do Sul. A afiliação do país ao BRICS em 2011 avolumou seu prestígio, além de sua prospecção de liderança no continente africano (KÄKÖNEM, 2015). Hoje a África do Sul é o maior provedor de cooperação entre os países africanos, enraizada na ideia que a prosperidade do país está diretamente ligada ao desenvolvimento do resto da África. Apesar desse esforço de ter um enfoque na manutenção da paz, há investimentos em agricultura e infraestrutura como medida de fomento comercial e integração (BESHARATI, 2013 apud ABDENUR E FOLLY, 2015). A entrada sul-africana deu um ar mais democrático e global ao BRICS por ser o país representante do continente africano. Além disso é uma democracia como Brasil e Índia, assim fazendo com que a maioria do grupo seja formado por democracias. Além disso, a adição da África do Sul findou o isolacionismo geográfico brasileiro no grupo, já que os outros três membros compartilham de fronteiras e séculos de história (STUENKEL, 2011).

5. FEITOS RELEVANTES

Como arranjo internacional, o BRICS moldou-se e evoluiu através de seus acordos e feitos. Essa sessão buscará apresentar um panorama de como são debatidas questões dentro do grupo e a natureza destas. Também será avaliado os feitos do grupo através seus acordos e cooperações, desde o domínio econômico até o desportivo. Finalmente tem-se o Novo Banco de Desenvolvimento como feito à parte, uma vez que sua dimensão e importância exigem uma apresentação mais detalhada.

5.1 AS REUNIÕES E SEUS TEMAS

Desde as primeiras reuniões em 2008⁶ pode-se notar uma diversificação dos temas debatidos pelo grupo até o presente ano. A discussão se dá em assuntos que estão de alguma forma ligados ao desenvolvimento econômico. Naquele ano foram debatidos temas mais amplos, como Economia⁷, Relações Exteriores e Saúde, que ocorriam em reuniões de alto nível, entre ministros ou chefes de Estado.

Desde 2009, com a formalização do grupo, os temas continuam a se dar de forma abrangente nas reuniões mais elevadas. Entretanto, este ano conta com a introdução de reuniões oficiais entre representantes nos campos de Segurança e Competição. Reuniões deste tipo são presididas por representantes, geralmente secretários. Houve também o primeiro fórum acadêmico sobre o BRIC na cidade indiana de May.

No ano de 2010 ocorre também a inclusão das pastas de Agricultura e Comércio, esta última demonstra um certo interesse por parte dos países-membros em debater o comércio interno ao grupo. No mesmo ano também foi iniciada a

⁶ Em 2008 foi realizado em Hokkaido, às margens da cúpula do G8, uma reunião entre os Chefes de Estado de cada país do que viria a ser o então BRIC. Não foram emitidos documentos nesta reunião.

⁷ Eles geralmente se encontram às margens das reuniões do FMI e BIRD. Essas reuniões não incluem somente ministros da área, mas também presidentes de bancos centrais.

reunião oficial de Estatística. No ano seguinte, 2011, os temas continuam na mesma configuração, mas começa a haver o fórum de cidades-irmãs dentro dos países do BRICS, que neste ano também celebra a entrada oficial da África do Sul.

Em 2012 houve um certo recuo do número de temas abordados pelo grupo, recuo este que começa a ser compensado já em 2013, juntamente com a inclusão da Educação como assunto. O ano 2014 é marcado pela substituição das reuniões oficiais em Ciência e Tecnologia por uma reunião ministerial, também incluindo o tema Inovação.

O maior destaque se mostra em 2015, quando quase todos os campos anteriores estão presentes nos encontros, além de uma expansão dos temas abordados neles. Efetuou-se a inclusão do tópico “Meio Ambiente” nas reuniões e também houve um forte interesse no BRICS através de diversos fóruns.

É possível concluir que o grupo vem se apresentando cada vez mais diversificado em suas preocupações. Assim como também cada vez mais comprometido, evoluindo de encontros entre representantes e encarregados para reuniões ministeriais de alto nível. O ano de 2015 evidenciou o engajamento do grupo nas questões mais recorrentes do contexto internacional e uma maior inclinação à cooperação nessas áreas.

As informações acima foram efetuadas através da observação da tabela a seguir, que por sua vez foi elaborada com os dados obtidos do BRICS Information Centre, da Universidade de Toronto.

QUADRO 1 – REUNIÕES DO BRICS POR TEMA DE 2008 A 2015

REUNIÕES DE ALTO NÍVEL								
Tema/Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Reunião de Cúpula	x	x	x	x	x	x	x	X
Agricultura			x	x		x		X
Educação						x		X
Meio-Ambiente								X
Economia	x	x	x	x			x	X
Relações Exteriores	x	x	x	x		x	x	X
Saúde	x	x	x	x	x	x	x	X
Comércio			x	x	x	x		
Ciência, Tecnologia e Inovação							x	X
REUNIÕES DE REPRESENTANTES								
Ciência e Tecnologia				x				
Segurança		x	x					x
Competição		x		x		x		
Estatística			x	x	x		x	
Cooperação Acadêmica							x	x
FÓRUNS								
Acadêmico		x	x	x	x		x	x
Negócios			x	x	x	x		x
Cidades-irmãs				x				x
Parlamentar								x

Elaboração própria a partir dos dados do BRICS Information Centre

5.2 OS FEITOS DO GRUPO

Apesar de ainda incipiente, o BRICS já, notadamente, mostrou certo progresso no estabelecimento de instituições de cooperação, integração e inovação entre seus membros. Talvez o maior marco até o momento seja o Novo Banco de Desenvolvimento e o Fundo de Contingenciamento de Reservas, entretanto dada sua magnitude estes serão abordados em uma subseção própria.

Entre os feitos de cooperação e regulamentação econômico-financeira, pode-se citar o Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica entre Agências de Crédito e Garantias às Exportações dos BRICS. Também foi implementado entre os

Bancos de Desenvolvimento de cada país o Acordo de Cooperação em Inovação, no âmbito do Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS. Além disso, na declaração da VI Cúpula foi demonstrado interesse no potencial cooperativo no mercado de seguros e resseguros.

Em 2012, os líderes do BRICS se comprometeram a efetuar um aporte de 75 bilhões de dólares ao FMI para a criação do “Fundo Firewall” anti-crise de 430 bilhões. A China se comprometeu a oferecer 43 bilhões, Brasil, Rússia e Índia 10 bilhões cada enquanto a África do Sul 2 bilhões. Entretanto, apesar de saudado em declaração oficial de cúpula, deve-se notar que não consistiu em um ato completamente autônomo do grupo, mas uma contribuição já corrente dos membros do FMI.

Enquanto isso, há esperanças para a criação de uma agência de classificação de risco de crédito que se comprometa, em um primeiro momento, a avaliar ativos e títulos abertos a investimento nos países-membro, mas haveria oportunidade de expandir essa análise para outros países emergentes no futuro. Uma agência deste tipo seria de suma importância para estes países, que carecem de investimento privado. Além disso, seria também uma boa maneira de conduzir os financiamentos do Novo Banco de Desenvolvimento. A implementação de novos indicadores e critérios pode se mostrar uma inovação das ferramentas de avaliação e prospecção de retornos em países em desenvolvimento. (VALLS PEREIRA, 2015)

No que tange ao desenvolvimento sustentável, o Acordo de Cooperação Multilateral e Co-financiamento para o Desenvolvimento Sustentável do BRICS busca fomentar parcerias nesta área através do financiamento de projetos ligados à sustentabilidade e à economia de baixo carbono (ABDENUR e FOLLY, 2015).

Além disso, há também interesse na área desportiva. Na VII Cúpula, de 2015, foi sugerido pelo Primeiro Ministro indiano a realização de um torneio de futebol entre equipes dos países integrantes. A ideia foi bem acatada e espera-se que a primeira edição deste evento venha a ocorrer em 2016, em Nova Deli, cidade-sede da próxima reunião em cúpula do grupo. A Copa BRICS, como vem sendo conhecida, tem por objetivo estreitar laços entre os países além do âmbito político e acadêmico, assim promovendo o BRICS entre os próprios cidadãos destes países (KRATZ, 2015)

5.3 O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Como vislumbrado acima, o BRICS vem almejando a institucionalização como forma de melhor executar seus interesses, promover uma cooperação mais sólida e, em certa medida, buscar legitimidade. A reforma da governança financeira global é um dos temas que serviu como um pilar para a fundação do grupo formalmente e esse desejo está orientando o grupo para dar um novo passo rumo a uma maior consolidação deste.

As enormes e variadas necessidades de financiamento de infraestrutura em países em desenvolvimento e emergentes, não sendo os BRICS uma exceção, mostram-se como problemas que já vêm sendo notados pela comunidade internacional há muito. A criação de um banco de desenvolvimento para o financiamento de projetos de infraestrutura frequentemente é proposta pelos países em desenvolvimento nas discussões do G20, mas sem notável respaldo. Mesmo quando posta em questão, a formação de um banco de investimento Sul-Sul foi recepcionada de forma variada e cautelosa, tendo o BRICS pouco interesse em assumi-la nos termos do G20 (COZENDEY, 2015)

Sendo a falta de investimento ainda um problema recorrente, a ideia de um fornecedor de crédito para essa finalidade continuou como tema digno de debate. Uma proposta foi submetida em 2012 pelo governo indiano na preparação da IV Cúpula, em Nova Deli, aos Ministros de Finanças para estudar a possibilidade haver um banco de investimentos direcionado a suprir as necessidades de infraestrutura entre os membros do BRICS e outros países em desenvolvimento. A ideia foi bem-aceita pelos outros integrantes (COZENDEY, 2015).

Com a viabilidade desta empreitada tida como atingível, em 2013, durante a V Cúpula em Durban, logo começou o planejamento desta instituição. Posto isso, em 2014, na VI Cúpula em Fortaleza, anunciou formalmente a fundação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, em inglês) com o intuito de “mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável não apenas nos países BRICS como também em demais economias (...), complementando esforços de instituições financeiras – multilaterais e regionais – de promoção do crescimento e desenvolvimento global” (BRASIL, 2014 apud ABDENUR e FOLLY, p. 98) com

capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões e outros US\$ 50 bilhões de capital subscrito (ABDENUR e FOLLY, 2015).

A filiação está aberta para países que desejam se tornar membros do grupo. Todos os países membros das Nações Unidas poderão comprar ações do banco e exercer poder de voto proporcional à quantidade de ações. Entretanto, o poder de voto dos BRICS não poderá ser reduzido a menos 55% do poder de voto total (FORTALEZA, 2014).

5.3.1 Estrutura do Banco

Os esforços para a implementação de uma burocracia eficiente procederam na criação de um Conselho de Governadores, um Conselho de Diretores, um Presidente e Vice-Presidentes. Essa estrutura de governança é bastante conhecida e comum entre outros bancos de desenvolvimento (ABDENUR e FOLLY, 2015).

Segundo o Acordo Constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento (2014), o Conselho de Governantes tem poder de aceitar ou afastar membros, arbitrar contratos, eleger o Presidente do Banco, autorizar repasses de capital quando proposto pelo Conselho de Diretores e definir as estratégias gerais de investimento do Banco a cada cinco anos. O primeiro presidente deste conselho será de nacionalidade russa (FORTALEZA, 2014).

O Conselho de Diretores fica responsável em conduzir as operações itinerantes do grupo, sendo elas: tomar decisões sobre estratégias de negócios, empréstimos, investimentos, procedimentos operacionais e assistência técnica, tudo nos conformes do estabelecido pelo Conselho de Governadores, além de revisar e aprovar orçamentos. Cada membro-fundador poderá nomear um Diretor e um substituto. Além disso, haverá um presidente para este Conselho com um mandato de quatro anos, sendo de nacionalidade brasileira o primeiro (FORTALEZA, 2014).

O Presidente do Banco será eleito pelo Conselho de Governadores a partir dos membros-fundadores de forma rotacional, este não pode ser um Governador ou

Diretor. Haverá também pelo menos cinco Vice-Presidentes, sendo não menos que um de cada país do BRICS. O encargo desta Presidência será administrar a contratação e organização do corpo de funcionários, assim como chefiar o comitê de crédito e investimento. O Presidente também será membro do Conselho de Diretores, mas só poderá votar no caso de voto decisivo quando há divisão igual, além de também poder participar das reuniões do Conselho de Governadores, entretanto sem direito a voto. O primeiro Presidente do Banco será de nacionalidade indiana (FORTALEZA, 2014).

A localização do Banco foi motivo de certo atrito. Houve uma proposta por parte do governo indiano para que a instituição fosse sediada em Nova Deli, já que afinal a ideia foi concebida pela Índia. Enquanto isso, a China também pleiteava sediar o Banco em Shangai. O impasse só foi resolvido em última hora, quando o Brasil decidiu abrir mão da Presidência em favor da Índia, assim estabelecendo-se a sede em território chinês (SOTO, 2014).

Essas medidas assegurarão um grau de influência por parte dos BRICS enquanto este mantém-se flexível na admissão de novos membros (ABDENUR e FOLLY, 2015).

No caso da África do Sul, a primeira sede de uma filial regional do banco será instalada em Johannesburg. Acredita-se que isso dará uma boa projeção regional tanto para o país quanto para o NDB ao conduzir uma interação do banco com a região africana, continente tão carente de investimentos (COZENDEY, 2015).

5.4 O ARRANJO CONTINGENTE DE RESERVAS

Junto à declaração de criação do NBD, em 2014, também foi acordado a criação do Arranjo Contingente de Reservas (CRA, em inglês). Este servirá como um provedor de recursos e instrumentos precaucionais para suprir pressões reais ou potenciais de liquidez no curto-prazo. Cada país do BRICS contribuirá com um valor em dólares americanos, sendo o compromisso individual da China de US\$ 41 bilhões, Brasil, Rússia e Índia contribuindo US\$ 18 bilhões cada, enquanto a África do Sul subscreve US\$ 5 bilhões.

Caso solicitado, a liberação dos recursos será efetuada através de operações de swap, onde o solicitante receberá dólares e fornecerá sua moeda aos países contribuintes, em montante e por período determinados. O valor máximo de saque será determinado por um multiplicador aplicado ao compromisso de cada país. A China, como maior contribuinte, terá multiplicador igual a meio, assim podendo sacar somente até metade de sua contribuição (no caso, US\$20,5 bilhões), Brasil, Rússia e Índia terão multiplicador “um”, podendo sacar o montante contribuído individualmente, a África do Sul terá multiplicador igual a dois, o que permite ao país sacar até o dobro do seu compromisso (US\$ 10 bilhões) (FORTALEZA, 2014).

Esse Arranjo oferece uma menor vulnerabilidade dos países do BRICS a lacunas de liquidez de curto prazo, além de também criar certa independência destes à inevitabilidade de tomar empréstimos de outras instituições internacionais. O objetivo da implementação do CRA não tem o mesmo potencial político do NDB, se restringindo mais à esfera econômica.

6. UMA ANÁLISE CONSTRUTIVISTA

Como exposto no embasamento teórico deste trabalho, o Construtivismo se caracteriza por buscar entender os fenômenos das RI através de uma lógica mais dinâmica de identidade e interação, lógica essa que não depende necessariamente de uma antecedência ontológica, mas pode ser co-construída.

As Organizações Internacionais (OIs) têm papel fundamental para neste processo de co-construção, uma vez que as interações ocorridas por causa delas podem vir a moldar as relações entre seus integrantes. Além disso, a teoria também argumenta fatores que podem precipitar a formação dessas OIs.

6.1 A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL CONSTRUTIVISTA

Segundo Herz e Hoffman (2004), os últimos três séculos as organizações internacionais serviram como mecanismos de estabilização, ou pelo menos de equilíbrio, do sistema internacional. As OIs tem sua criação decidida pelos Estados e podem evoluir em atores centrais onde são antros de cooperação, debate e condução de acordos. As OIs podem ter relativa autonomia em relação aos seus Estados-membro, além de poderem adquirir personalidade jurídica e política (HERZ e HOFFMAN, 2004).

Entre alguns mecanismos de estabilização apontados pelas autoras que contribuem para a formação das Organizações Internacionais estão:

- a. Arranjos ad hoc: São criados para gerar cooperação num momento específico.
- b. Multilateralismo: Institucionalização de regras e fundamentos que orientam a relação entre os atores. Ela se baseia nos princípios da não-discriminação, indivisibilidade e reciprocidade difusa, que fazem leis e também benefícios serem aplicados igualmente a todos os envolvidos.

c. Regimes internacionais: Princípios, normas, regras e procedimentos que regulam as relações entre os atores internacionais.

d. Alianças militares: Coalizões estatais designadas para enfrentar ameaças externas.

e. Segurança coletiva: Estabelece o compromisso de uma reação coletiva no evento de uma ameaça à paz ou segurança.

f. Balanço de Poder: Alianças entre Estados com o objetivo de evitar a preponderância de um determinado Estado ou grupo.

g. Zonas de Influência: São regiões em que uma potência exerce influência predominante, limitando a independência e a liberdade de ação das entidades políticas.

h. Estabilidade hegemônica: O papel de uma potencia hegemônica em garantir as instituições internacionais.

i. Práticas diplomáticas: Processos de negociação, formação de acordos e assinatura de tratados e exercício de influência dos Estados por meio de canais diplomáticos.

j. Cultura internacional: Valores e normas universalizados como resultado da intensificação das relações entre diferentes atores do sistema internacional.

A Teoria Construtivista vê as Organizações Internacionais como instituições autônomas que tem papel fundamental em moldar as identidades e interesses de Estados, assim como a si próprias. Uma vez que estas características são construídas socialmente, essas instituições internacionais são um espaço de interação onde esses pontos se expõem à transformação, portanto é essencial compreender o processo de argumentação que ocorre nestes fóruns. Tal processo é “produtivo”, já que é gerador de resultados, mudanças nos interesses e nas identidades além de conceder racionalidade a práticas sociais (HERZ e HOFFMAN, 2004).

O BRICS tem sustentação motivacional a partir de algumas características acima citadas. Primeiramente pode-se pensar no grupo como concebido ad hoc,

seus membros, apesar de semelhanças e diferenças, estão cooperando de forma jamais tentada entre eles a favor de um objetivo específico, que em poucas palavras seria a reforma das instituições de governança global. Arranjos deste tipo podem ser temporários, uma vez alcançado ou abandonado o objetivo, ou podem evoluir para algo mais concreto. O BRICS se apresenta de forma nebulosa nesses termos, não se pode dizer que atingiu seus objetivos, mas ainda assim vem se concretizando com suas instituições.

O multilateralismo é um ponto que também é pouco implementado no BRICS. Apesar de haver uma cultura de pluralidade de opiniões no grupo, uma característica que busca legitimá-lo, não há estabelecimento de princípios ou regras que possam servir de pilar para sua união, muito menos um secretariado ou órgão gestor supranacional. Um órgão deste tipo que, por exemplo, utilizaria recursos próprios para coordenar as funções do grupo, reuniões seriam estabelecidas e custeadas por ele e não pelos departamentos diplomáticos de cada país. Assim se faz importante o papel das práticas diplomáticas, uma vez que, como visto anteriormente, ainda não há resolução institucional de impasses.

Uma busca pelo balanço de poder talvez seria a maior motivação do grupo. Acredita-se que a dominação ocidental perpetua-se nas instituições internacionais financeiras e de governança, algo que seria incompatível com o mundo do século XXI. Apesar do grupo se posicionar fortemente em exercer pressão sobre esta inflexibilidade do regime internacional, ainda não teve grandes resultados em obter qualquer respaldo deste através de vias diplomáticas, por isso decidiu fundar sua própria instituição desta natureza. Espera-se que o NDB e o CRA estimulem o grupo a tornar-se mais institucionalizado.

Outro ponto de balanço de poder seria a cambaleante estabilidade hegemônica dos Estados Unidos. Apesar de ainda se posicionar como atual hegemonia absoluta, o país começa a enfrentar diversos problemas de manter a estabilidade institucional ao redor do mundo. O ressurgimento do terrorismo no século XXI é um exemplo disso. O grande problema é que nenhum outro país quer assumir a liderança hegemônica e se devotar a estas questões de defesa da conjuntura institucional internacional. O melhor candidato no momento seria a China,

mas esta não se mostra nem um pouco interessada em carregar este fardo, mesmo que compartilhado com os outros BRICS (BREMNER, 2012).

Portanto, o BRICS como organização internacional se originou através de interesses em já tardia maturação no imaginário destes países emergentes que se viam pouco representados na arquitetura internacional. Não muito depois de seu estabelecimento formal o grupo já, e por si só, teve suas decisões, e em certa medida identidade, moldadas pela interação de suas partes. Afinal, a ideia de iniciar um banco como o NDB teria sido estranha até mesmo aos próprios membros há pouco mais de sete anos atrás.

6.2 AS TRÊS CULTURAS DE WENDT

Como contemplado no embasamento teórico deste trabalho, há três “culturas” apontadas por Alexander Wendt que podem definir o desdobrar das relações entre Estados na anarquia⁸ internacional. São elas a Kantiana, Hobbesiana e Lockiana.

A cultura Kantiana acredita que Estados podem cooperar de forma amistosa para se defender de uma ameaça externa (JACKSON e SØRENSEN, 2013). O BRICS, neste ponto de vista, seria um tipo de “cooperação amistosa” de potências emergentes com o intuito de reformar as estruturas de governança global, assim tornando-as mais democráticas e, dessa forma, colaborando com mais um passo rumo à enfim paz mundial. Apesar de parecer um tanto utópica, essa visão pode ser colocada numa perspectiva mais ampla. Deve-se recordar que houveram grandes progressos no Sistema Internacional desde a Segunda Guerra Mundial do ponto de vista kantiano, com a criação de várias organizações e fóruns que até hoje promovem a cooperação entre os Estados. Portanto, acreditar que essa ação democratizante do BRICS é uma maneira de tentar atingir um Sistema Internacional mais virtuoso, no sentido mais kantiano da palavra, não seria algo tão insólito. Um argumento usado pelos adeptos desta interpretação é que a cultura kantiana ainda

⁸ O termo “anarquia” nas Relações Internacionais remete ao cenário internacional onde não há um poder que coaja ou domine os atores internacionais, portanto estes estão expostos. O desenrolar deste ambiente é um objeto de estudo das RI.

está em seus primeiros passos de sua manifestação nas relações internacionais (UTZIG, 2013).

A cultura hobbesiana se posiciona no oposto mais realista do construtivismo, assim acreditando que o cenário mundial é conflituoso e beligerante. Essa visão leva em consideração as motivações ideológicas dos Estados neste ambiente além das materiais, em oposição ao materialismo puro das escolas Realista e Neorealista. Sendo assim, Estados cooperariam de certa forma em alianças com outros que compartilham de mesmas ideias, mas não necessariamente de mesmas ideologias. Essa percepção pode ser observada no BRICS como demonstrado ao longo desta monografia. Um exemplo de ideal compartilhado está exposta na própria agenda do grupo, que almeja um objetivo compartilhado pelos cinco membros: uma maior voz por parte dos países emergentes na condução dos assuntos internacionais. Essa finalidade pode ser vista como uma ambição por parte dos países do BRICS em tentar aumentar sua influência na cena mundial ao passo de também defender sua soberania. Esse tipo de ação seria muito difícil de se concretizar partindo de apenas um destes países sozinho (salvo, talvez, da China, que tem envergadura suficiente para tentar algo), assim unem forças para atingir tais objetivos.

Além disso, não é inválido ressaltar uma motivação materialista por parte do grupo. Da mesma forma que teorias realistas consideram o imperialismo exercido por parte das potências ocidentais como uma das mais puras manifestações de materialismo, está longe de inconcebível que potências emergentes estejam ávidas em seguir os mesmos caminhos. Através dessa lógica pode-se assumir que a entrada da África do Sul nada mais fora foi que uma manobra para obter acesso a um continente tão almejado para fins expansionistas, especialmente por conta de seus recursos naturais e mercados ainda pouco explorados.

Uma continuação da discussão hobbesiana sobre o BRICS pode ser conduzida através das células do grupo: seus Estados. Não é inegável, pelo menos através de lentes hobbesianas que entre os próprios integrantes haveria possibilidade de ocorrer um conflito de interesses, anulando os benefícios de se manter em grupo. Um desses momentos foi a escolha de onde seria a sede do NBD, contestada pela Índia, China e até África do Sul.

Talvez mais tarde, como apontado por Bremmer (2012), essa disputa de interesses poderá se dar tanto no campo material quanto ideológico. A começar por energia, China e Índia são alguns dos maiores importadores de energia do mundo, enquanto Brasil e Rússia estão entre os maiores exportadores. Isso poderá acarretar em posturas bem diferentes entre os membros sobre possíveis tarifas ou decisões quanto ao preço do petróleo e outros recursos. No campo ideológico, tem-se Brasil, Índia e África do Sul como democracias multipartidárias enquanto China e Rússia tem regimes autoritários. Além disso tem-se também a rivalidade por influência na Ásia: China e Índia disputam essa influência no sudeste asiático enquanto Rússia e China disputam a Ásia Central, zona historicamente dominada pela Rússia. Isso sem contar a própria porção do extremo-leste russo, que vem preferindo cada vez mais suprir suas demandas por mercadorias e capitais através da China, em detrimento da distante parte europeia russa (BREMNER, 2012).

Pode-se notar que a tomada de decisão do BRICS sempre recai em favor da China. Apesar de que haja sempre uma tentativa de manter o grupo democrático e equilibrado, uma pressão chinesa sempre acaba vencendo, como no caso da sede do banco, ou influenciando de alguma forma os acordos (SOTO, 2014). A China também vem adotando uma postura um tanto curiosa em sua ascensão expansionista. Nos últimos cinco anos veio concedendo empréstimos, *bail outs* ou até mesmo “ajuda” a países como Rússia, Venezuela, Argentina e caóticas nações africanas. Essa assistência chinesa não exige saneamento fiscal, reformas tributárias ou garantias em reservas, como o FMI ou o Banco Mundial fariam, por ela se espera apenas lealdade e suporte às ações chinesas, desde suas reivindicações territoriais até questões de direitos humanos. Não é inconcebível que países já em atrito com instituições ocidentais (ou com o próprio Ocidente) prefiram aceitar essas condicionalidades, e a China não se incomodaria em usar alguns bilhões de suas gigantescas reservas de 4,4 trilhões de dólares para obter o suporte que precisa para suas ambições (PESEK, 2014). Portanto, uma visão construtivista hobbesiana poderia descrever as intenções chinesas no BRICS como uma forma egoísta de se estabelecer com hegemonia tanto econômica quanto política, ao ter sustentação de potências regionais de peso.

Ademais, há também a cultura lockeana, que é um tanto mais moderada que as anteriores. Nela os Estados preferirão cooperar a confrontar, já que há muito

mais benefícios na cooperação que no conflito, a não ser quando este último se mostre logicamente mais vantajoso. A inclinação ao conflito viria quando Estados encontrem sua propriedade legítima ameaçada. (UTZIG, 2013).

A cooperação é uma palavra-chave para descrever a relação que os membros do BRICS adotaram como emblema do grupo. Uma vez que estavam insatisfeitos com o rumo e passo que as mudanças estavam acontecendo na instituições internacionais, estes países resolveram cooperar e tornar suas vozes mais fortes em coro do que jamais seriam individualmente.

É possível dizer que esta cooperação tem por objetivo confrontar os mecanismos perpetuadores da dominação ocidental, mecanismos estes que podem ser vistos como uma ameaça à propriedade (e até mesmo à propriedade potencial) dos BRICS, ao não os conceder o devido respaldo que passaram a merecer ao longo dos últimos anos. Ainda assim esse conflito se dá apenas no campo diplomático (com certa exceção à Rússia, que fora alvo de sanções por seu envolvimento na Criméia e Ucrânia, mas nada ligado ao BRICS em si), fora desta arena esses países continuam a colaborar com o Ocidente em incontáveis áreas, ainda de longe muito mais que intra-BRICS, pois se deixassem de fazê-lo haveria uma imensa perda de bem-estar que não compensaria o ganho das reformas propostas.

As questões internas ao grupo também vêm se transformando e se adequando mais a um clima de cooperação. Como profetizado por autores mais realistas que previam as inimizades já de longa data entre alguns países, notadamente a relação sino-indiana, seriam a semente do fracasso do grupo. O contrário vem sendo mais observado. A cooperação dentro do BRICS vem se aprofundando cada vez mais. Parte disso se deve a alguns temas potencialmente incompatíveis entre os membros serem evitados nas discussões, como é o caso dos regimes de governo ou postura frente aos direitos humanos. Mas há também casos em que esses atritos estão iniciando sua remediação justamente por influência do agrupamento, como é o caso da tímida, porém crescente, cooperação entre China e Índia. Um claro exemplo de co-construção da identidade dos Estados previsto no Construtivismo.

6.3 UMA INOVAÇÃO NA GOVERNANÇA GLOBAL?

Pôde-se ver nessa discussão que o BRICS pode ser embasado teoricamente em diversas categorias do construtivismo, mas ainda apenas parcialmente classificável como uma Organização Internacional em seu sentido mais técnico.

Em seu artigo, Flôres Jr. (2015) acredita que o BRICS seja algo diferente do que se tem por associações internacionais até o momento. Em suas palavras assume que “os BRICS são o Unicórnio, ou seja, um ser (ou animal) tão raro e desconhecido que, ao aparecer, ninguém se dará conta de que se trata do próprio (...). Do desespero em tentar classificar (o Unicórnio) e não o conseguir, é natural que se suceda a ânsia em avalia-lo, cartesianamente, como um sucesso ou fracasso”. Não sendo o BRICS nem “sucesso” nem “fracasso”, apenas evoluindo em sua própria natureza insólita. Ainda mais, os conceitos icônicos consolidados no século XX em termos de integrações e associações internacionais povoam o imaginário analítico, fazendo todo novo agrupamento a ser rotulado com base em uma análise apropriada apenas para esses tipos já existentes de movimento internacional (FLÔRES JR., 2015, p.141-142).

Falha-se em notar que a quantidade de temas globais aumentou de tal forma que a abordagem multilateralista se tornou laboriosa demais frente as dificuldades e número de partes envolvidas. Os princípios do multilateralismo abordados acima são difíceis de ser plenamente implementados em condições onde países tão distintos tentam enfrentar um problema, mesmo que comum a todos, assim produzindo respostas cada vez menos adequadas, e quando obtidas, frustradas, como é o caso observado no G20. O questionamento que Flôres posa é se seria o BRICS uma nova forma de associação que poderia solucionar a crise atual nesta área. (FLÔRES JR., 2015).

Posto isso, é possível afirmar que o BRICS não deveria ser classificado como as instituições do século passado são, mas sim algo novo, uma inovação das tecnologias da governança global. Até o momento este inédito tipo de agrupamento vem evoluindo de forma razoavelmente sustentada. Os já estressados argumentos de que o grupo virá a sucumbir por diversos motivos seriam sim aplicáveis caso este procurasse seguir um molde de integração de institucionalização mais internalizada,

como por exemplo o da União Europeia, mas o caso está longe de ser este, o BRICS prospecta em rumos bem diferentes.

7. CONCLUSÃO

Os países que compõe o BRICS se destacam pela sua emergência no mundo pós-Guerra Fria. O seu crescimento econômico nas últimas décadas, suas dimensões demográficas e geográficas e sua performance no palco mundial destacam seu amplo potencial para o futuro. Posto isso, não tardou para serem considerados potências em suas respectivas regiões, além de contar com influência mediana no cenário internacional.

Apesar disso, esses países sentem que suas vozes no sistema internacional não são compatíveis com seu tamanho e questionam a eficiência, e até legitimidade, das instituições internacionais que ainda funcionam sobre estruturas concebidas e moldadas por tempos e desafios bem diferentes do que se encontra no século XXI. O agrupamento “BRIC” concebido por uma agência de investimento logo começou a se desenvolver em algo mais sério quando estes países se deram conta que seus interesses e objetivos comuns poderiam ser alcançados através de uma cooperação, mesmo que um tanto insólita.

O grupo começou a se reunir formalmente em 2008, sob iniciativa russa, para debater questões econômicas, em especial suas posições frente a crise econômica que tomara forma naquele ano, e expressaram insatisfação frente aos resultados insuficientes e frustrados do FMI e de autoridades ocidentais em controlar o caos financeiro espalhado pelo mundo. Com a adição da África do Sul em 2010 (sendo formalmente incorporada em 2011), o BRICS também sublinhou certa prospecção no continente africano.

Entre as instituições mais abertamente e particularmente criticadas estão duas financeiras, o FMI e o Banco Mundial, e uma de governança, o Conselho de Segurança da ONU. Os BRICS acredita que é preciso haver reformas nas estruturas dessas organizações para sua maior democratização, legitimidade e eficiência.

O BRICS mantém desde sua formação uma agenda de maior integração econômica entre seus membros. Como visto, o comércio intra-BRICS aumentou de forma expressiva, algo que talvez não tivesse ocorrido sem sua implementação

formal. Entretanto, deve-se notar que a maior parte deste comércio se concentra em fluxos de/para a China.

A integração também se dá em outros campos. A pauta do grupo já se apresenta bastante ampla, trazendo uma gama de temas desde economia e comércio, relações exteriores, cooperação científica, levantamentos estatísticos, questões agrícolas e ambientais, sanitárias e até desportivas. Além de novos temas serem trazidos à discussão todos os anos.

Provavelmente o maior feito do grupo seja a criação de duas instituições próprias, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas. Acredita-se que com isso o grupo ganhará maior influência, credibilidade e também certa independência. Além disso, se essas instituições forem bem-sucedidas em seus objetivos de fomentar investimentos e estabilidade financeira certamente causarão certa promoção da visão reformista do BRICS, assim inspirando outras autoridades a dar suporte às intenções do grupo.

Ainda assim, o BRICS sofre críticas quanto a sua sustentabilidade e capacidade de cumprir suas ambições. O argumento mais comum sempre recai sobre as diferenças expressivas entre seus integrantes que seriam incompatíveis no longo-prazo. Além disso, essas diferenças também não conseguiriam comportar o número tão distinto e crescente de temas que têm sido abordados. Sem contar a ausência de um secretariado autônomo.

De qualquer forma, o BRICS continua evoluindo através de suas posturas e decisões inovadoras e rumando à uma institucionalização apropriada. Como assumido na parte final deste trabalho, talvez o BRICS não possa ser classificado da mesma forma que se classificam as organizações existentes enraizadas no pensamento do século anterior. O grupo surge no século XXI e se constrói sobre a emergência de novas forças, que não seguem necessariamente a mesma ideologia ou história comum, mas cooperam e inovam para concretizar seus interesses.

Portanto, pode-se concluir este trabalho com essa visão que tem o BRICS como um fenômeno ainda inclassificável no cenário internacional, mas sua forma de fazer países tão diferentes cooperar de forma até agora sustentada se caracteriza como uma inovação nas tecnologias de governança deste. É possível que surjam

novas instituições neste século prontas para atender a crescente gama de questões que aguardam resposta da comunidade internacional, e o BRICS pode ser um força pioneira neste domínio.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, A. FOLLY, M. O Novo Banco de Desenvolvimento e a Institucionalização do BRICS. In: **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015, p. 79-114.
- BAUMANN, R. BRICS: Oportunidade e Desafio para a Inserção Internacional do Brasil. In: **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015, p. 21-54
- BREMMER, I. **Every Nation for Itself: Winners and Losers in a G-Zero World**. EUA: Portfolio/Penguin, 2012.
- CARNEIO, I. (Coord.). Catálogo Bibliográfico: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul. FUNAG, Brasília, 2011.
- COMTRADE, **Banco de dados do COMTRADE da Organização das Nações Unidas**. Disponível em <http://comtrade.un.org/data/>. Múltiplos Acessos
- CORRÊA, S. KHANNA, A. **Emerging Powers, Sexuality and Human Rights: “Fumbling around the Elephant?”**, 2015. Disponível em <http://sxpoltics.org/wp-content/uploads/2015/09/workingpaper-11.pdf> Acesso em 1 de novembro de 2015.
- COZENDEY, C. Visão ou Miragem? Banco de Desenvolvimento e Arranjo de Reservas no Horizonte dos BRICS. In: **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015, p.115-138.
- FERNANDES, A. **Relações Internacionais Contemporâneas: Do mundo da Europa à Europa do mundo**. Itajaí, UNIVALI, 1998.
- FERREIRA, R. L. **As relações Brasil e Argentina na formação e implementação do MERCOSUL**. Universidade Federal do Paraná, 2011.
- FLÔRES JR., R. BRICS: Abordagens a um Processo Dinâmico. In: **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015, p.139-154
- HERZ, M. HOFFMAN, A. **Organizações Internacionais: história e práticas**. 5ª reimpressão, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- JACKSON, R. SØRENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora: Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.
- KÄKÖNEM, J. BRICS as a new constellation? In. NORDENSTRENG, K.; THUSSU, D.K. **Mapping BRICS Media**. New York: Routledge, 2015. p.25-41
- KRATZ, A. **BRICS football tournament kicks off in Mumbai**. 29 de julho de 2015. Disponível em http://in.rbth.com/arts/2015/07/29/brics_football_tournament_kicks_off_in_mumbai_4471. Acesso em 12 de Novembro de 2015.

LARRAÑAGA, F. **Introdução às Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Aduaneiras, 2004.

LUKYANOV, F. Russia on BRICS: Expectations and Reality. In: PIMENTEL, J. V. de S. (editor) **Brazil, BRICS and the International Agenda**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 539-568.

NORDENSTRENG, K.; THUSSU, D.K. **Mapping BRICS Media**. New York: Routledge, 2015.

PEREIRA, L. **There is a Need for a BRICS Ratings Agency**

<http://thebricspost.com/there-is-a-need-for-a-brics-ratings-agency/#.VimCWl6Q06j>

Acesso em 22 de outubro de 2015.

PESEK, W. **China Steps In as World's New Bank**, 25 de Dezembro de 2014.

Disponível em <http://www.bloombergvew.com/articles/2014-12-25/china-steps-in-as-worlds-new-bank> Acesso em 4 de novembro de 2015.

PIMENTEL, J. V. de S.(Organizador). **Brazil, BRICS and the International Agenda**. Brasília: FUNAG, 2013

PIMENTEL, J. V. de S.(Organizador). **Debatendo BRICS**. Brasília: FUNAG, 2013.

PINELI ALVES, A. (Organizador). **O BRICS e seus Vizinhos: Comércio e Acordos Regionais**. Brasília: IPEA, 2014.

PINELI ALVES. A. (Organizador). **O BRICS e seus Vizinhos: Investimento Direto Estrangeiro**. Brasília: IPEA, 2014

REIS, M. F. BRICS: Genesis and Evolution. In: PIMENTEL, J. V. de S. (editor) **Brazil, BRICS and the International Agenda**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 47-72.

ROCHA, M. **Resenha de "A ascensão do Resto"**
/http://mundorama.net/2009/07/21/resenha-de-a-ascensao-do-resto-os-desafios-ao-ocidente-de-economias-com-industrializacao-tardia-de-alice-amsden-por-mauricio-santoro-rocha/ Acesso em 11 de outubro de 2011

SAHMI, V. Indian Perspectives on the BRICS: Enthusiastic, Elusive and still Evolving. In: PIMENTEL, J. V. de S. (editor) **Brazil, BRICS and the International Agenda**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 569-609.

Site oficial do BRICS da Presidência Russa. <http://en.brics2015.ru>. Acesso em 14 de outubro.

SHIMKO, K. **International Relations: Perspectives & Controversies**. 3a Edição, Boston, Wadsworth, 2010.

SOTO, Alonso. **The biggest challenge for BRICS success? Big brother China**. Reuters, 16 jul. 2014. Disponível em:

<<http://in.reuters.com/article/2014/07/15/brics-summit-china-india-bank-idINKBN0FK2F720140715>>. Acesso em: 24 de outubro de 2015.

STUENKEL, O. Why South Africa's BRICS entry is good for Brazil, 30 de Abril de 2011. Disponível em <http://www.postwesternworld.com/2011/04/30/why-south-africas-brics-entry-is-good-for-brazil/> Acesso em 31 de outubro de 2015.

Universidade de Toronto. **BRICS INFORMATION CENTRE**. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/> Acesso em 14 de outubro

UTZIG, S. **What is the Mainstream of the BRICS? A Constructivist Analysis**, 2013. <http://www.brics.utoronto.ca/biblio/utzig-mainstream.pdf> Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

VI CÚPULA DO BRICS, 2014, Fortaleza. **Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento**: 15 de Julho de 2014.

VI CÚPULA DO BRICS, 2014, Fortaleza. **Treaty for the Establishment of a BRICS Contingent Reserve Arrangement**: 15 de Julho de 2014.

World Economic Outlook. Banco de dados do WEO do Fundo Monetário Internacional. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02/weodata/index.aspx>. Múltiplos Acessos.